

Apoiar a Argentina

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA

Folha de S.Paulo, 19.7.2001

Não são só os interesses e a corrupção que explicam o nosso desempenho econômico, é também a incompetência das elites

A crise da Argentina é grave, mas poderá ser minorada se o "currency board" for abandonado e se ao ajuste fiscal se somar à flutuação do peso, com o apoio dos governos dos países desenvolvidos, do FMI e do Brasil. A simples realização de um ajuste fiscal de US\$ 5 bilhões não resolverá o problema, só postergará uma situação insustentável. Como observou Luís Nassif, em artigo recente, a lógica da especulação praticada pelo sistema financeiro internacional em relação aos países em desenvolvimento consiste exatamente no que está sendo feito com a Argentina. O sistema financeiro realiza grandes ganhos com juros, a partir da existência de um risco-país elevado, ao mesmo tempo em que nega que o problema seja essencialmente cambial, que esteja diretamente relacionado com a dívida externa e o déficit em conta corrente.

Posterga assim o ajuste cambial necessário, insistindo que o importante é o ajuste fiscal. Para isso conta com o apoio do próprio FMI, cujos economistas entram no jogo (que é também ideológico) de negar o problema financeiro internacional e afirmar apenas o problema fiscal interno. Conta também com o apoio, a contragosto, do governo americano para programas de "salvamento" ou de "blindagem" do país em crise. Logra, assim, que a situação se mantenha por mais tempo, permitindo-lhe continuar realizando os ganhos financeiros. Quando, porém, a situação se torna insustentável, os capitais voláteis retiram-se ou estabelecem os seguros necessários.

Essa lógica perversa do capital financeiro internacional, que não representa nenhuma teoria conspiratória da história -é apenas o resultado do comportamento racional de agentes mal regulados-, tem um nome elegante na teoria econômica: "moral hazard". Tem sido causa de preocupação de economistas eminentes, como Alan Meltzer. Ele chefiou uma comissão criada pelo Congresso americano, que estudou a ação das instituições financeiras internacionais a partir da premissa de que é necessário combater esse tipo de prática.

Entretanto esse comportamento perverso de agentes financeiros internacionais só é viável na medida em que conta com a aquiescência local. Aquiescência que não faltou no Brasil, de 1995 a 98, e que não falta agora na Argentina.

Essa demonstração de incompetência e de falta de coragem das autoridades econômicas locais para enfrentar os verdadeiros problemas do país é essencial para explicar por que os países em desenvolvimento continuam a se distanciar em termos absolutos e relativos dos países ricos. Não são só os interesses e a corrupção que explicam nosso

desempenho econômico, é também a incompetência de nossas elites dirigentes, que não sabem se defender da dominação ideológica e das ações especulativas do sistema financeiro internacional.

A situação insustentável, que leva os capitais internacionais a se retirarem, já se consubstanciou no caso da Argentina. Diferentemente do que aconteceu com o Brasil, na Argentina provavelmente não será suficiente a desvalorização da moeda local. Tudo indica que, adicionalmente, uma moratória externa e interna será inevitável.

Os prejuízos causados pela crise, porém, serão menores se a Argentina contar com o apoio dos EUA. Era essa a preocupação principal do presidente Clinton, quando recentemente visitou o Brasil. Mas, como lhe disse então, é preciso que esse apoio ocorra após a flutuação do peso, e não antes. É inútil evitar a crise, é preciso resolvê-la. Quando existe um problema de endividamento externo e de crise de balanço de pagamentos, como na Argentina, a única forma de resolvê-lo é por meio de uma desvalorização real, que mude os preços relativos, reduzindo os salários em termos reais de toda a economia, não apenas do setor público, permitindo que os fluxos econômicos voltem a ocorrer. Era o caso do Brasil em 1998.

Se o desequilíbrio houver se agravado demais e se o país estiver com sua dívida em grande parte em dólar, como a Argentina, a desvalorização alcançada apenas com a flutuação do peso não será suficiente, seja por um problema de "timing", seja porque a desvalorização e consequente redução dos salários reais teria de ser grande demais e, portanto, desorganizadora de todo o sistema econômico. Nesse caso, a moratória da dívida e uma solução de longo prazo para ela, eventualmente por meio de um novo sistema de securitização com o apoio dos EUA e do FMI, serão necessárias.

Há quem fale em fazer a moratória sem, ao mesmo tempo, deixar flutuar o peso. Como observou Paul Krugman, essa política representaria um erro grave, pois não enfrentaria o problema fundamental da economia argentina, que é o "currency board" e a convicção fundada dos agentes econômicos de que o peso está sobrevalorizado. Um princípio fundamental da boa política econômica é o de que os fluxos são mais importantes do que os estoques. A dívida é um estoque que precisa ser resolvido, mas muito mais importantes são os fluxos de exportação, importação e produção, que precisam ser retomados.

Há quem tema que a desvalorização implique a volta da hiperinflação. Não creio nessa hipótese, pois o aumento generalizado dos preços não "resolverá" nenhum problema da economia altamente dolarizada. Ora, a inflação e a hiperinflação não existem no vácuo, existem para resolver, ainda que de forma perversa, problemas distributivos.

É importante, porém, que o mundo desenvolvido, que é parcialmente responsável pela situação dramática em que se encontra a Argentina, participe do apoio necessário a ela. E que o Brasil continue com a política que vem adotando, de solidarizar-se com o nosso parceiro econômico mais importante.